PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 998

CONTRATO N.º 3654/2023.

CONTRATO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG E A EMPRESA VS VIAÇÃO SARTASA LTDA.

Por este Instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG**, por seu Órgão Administrativo, Prefeitura, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.192.898/0001-02, com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, nesta Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana (conforme Decreto Municipal N.º 14.025/2021, de 13 de Janeiro de 2021), **Sr. DANIEL PAULINO DE SOUZA,** doravante denominado PERMITENTE, e, de outra parte, a empresa **VS VIAÇÃO SARTASA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o N.º 20.685.061/0001-47, estabelecida à Rua/Av. Abraão Elias Kallas, nº 313 – Sala 03, bairro Monte Verde, em Santa Rita do Sapucaí/MG, neste ato representada pela **Sra. ELISANGELA BATISTA**, portadorA do CPF N.º 046.419.926-30 e RG N.º MG-11.101.283, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, têm entre si como justo e contratado a presente **OUTORGA DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG**, cuja celebração foi precedida do Processo Licitatório PRC N.º 092/2023 – Concorrência Pública N.º 005/2023, a qual foi processada e julgada em conformidade com as normas gerais da Lei Federal N.º 8.666/93; da Lei Federal N.º 8.987/95; da Lei Complementar N.º 123/2006, com as alterações dadas pela Lei Complementar N.º 147/2014; da Lei Municipal N.º 3.537/2001 e das demais normas complementares pertinentes, bem como as disposições deste Instrumento, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto do presente Contrato de Permissão a **OUTORGA DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, URBANO E RURAL, DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG**, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogável por mais 10 (dez) se o Interesse Público assim o exigir, nos termos do Art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Municipal N.º 3.537/2001, alterada pela Lei Municipal N.º 5.564/2023, conforme Edital da Concorrência Pública Nº. 005/2023, os Anexos que o integram e a Proposta vencedora, que integram este Instrumento, ***independente de transcrição***.

1.2. A Permissão objeto deste Processo Licitatório constitui um Lote Único de Serviço no Município de Santa Rita do Sapucaí / MG e sua operação se dará conforme as especificações do Edital deste mesmo Processo Licitatório e seus Anexos e das demais normativas que se aplicarem ou que possam vir a vigorar na vigência da Permissão.

1.3. As linhas, roteiros e itinerários estão descritos no Edital deste Processo Licitatório.

1.4. A Prestação do Serviço compreenderá a mobilização, operação, conservação, limpeza, equipamentos, instalações e manutenção e reposição dos veículos, conforme especificado no Edital deste Processo Licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Contrato de Permissão vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de sua assinatura.

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 999

2.2. Sua vigência poderá ser prorrogada por mais 10 (dez) anos, se o Interesse Público assim o exigir, nos termos do Art. 3º, Parágrafo Único, da Lei Municipal N.º 3.537/2001.

2.3. A Permissionária deverá manifestar a intenção de continuidade por escrito, à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana, por protocolo, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias do término do Contrato de Permissão.

2.4. O Poder Permitente, emitirá resposta a manifestação da Permissionária em até 90 (noventa) dias antes do advento do fim da vigência do Contrato de Permissão, sempre devidamente fundamentado, tanto em caso positivo como negativo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1. ***A PERMISSIONÁRIA deverá iniciar a prestação do serviço na data de publicação do contrato, tendo até 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura deste Contrato de Permissão, para adequação dos veículos, de acordo com especificações do Edital***.

CLÁUSULA QUARTA – DA PERMISSÃO

4.1. A presente Permissão é de caráter personalíssimo, inalienável, impenhorável, incomunicável e intransferível, ficando vedada a sub permissão, e devendo ser operada mediante especificações do Edital deste Processo Licitatório e seus Anexos e das demais normativas que se aplicarem ou que possam vir a vigorar em sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O exercício do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por ônibus, pressupõe a Prestação de Serviços adequados ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido no Edital deste Processo Licitatório e seus Anexos, neste próprio Instrumento e nas demais normativas que se aplicam ou que possam vir a vigorar na vigência da presente Permissão.

5.2. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, urbanidade, higiene, moralidade, cortesia na sua prestação e modicidade
das tarifas.

5.2.1. A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como, a melhoria e expansão do serviço.

5.3. O serviço será operado conforme especificações do Edital deste Processo Licitatório e seus Anexos e das demais normativas que se aplicarem ou que possam vir a vigorar na vigência da Permissão, onde se pode obter os dados relativos a itinerários, número de veículos para operação do serviço, número de viagens, respectiva extensão (ida e volta), bem como, as linhas descritas de forma detalhada, ressalvado o princípio da atualidade da operação do serviço, em especial, o transporte especial de deficientes físicos e pessoas com dificuldade de mobilidade.

5.4. Deverão ser cumpridos integralmente, desde o início da Prestação de Serviço, os itinerários, horários, frequências e demais especificações assentados no Edital deste Processo Licitatório e seus Anexos, sendo que, em hipótese alguma serão alteradas pela PERMISSIONÁRIA, sem anuência por escrito da PERMITENTE.

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1006

5.4.1. Por Interesse Público, observado o dever da PERMISSIONÁRIA em garantir a prestação do serviço adequado, poderão ser efetuadas alterações na execução do serviço, desde que no decorrer da vigência contratual e mediante autorização e/ou determinações da PERMITENTE.

5.5. A operação e execução do serviço permitido será ***fiscalizada permanentemente*** pela PERMITENTE.

5.5.1. Ao Fiscal da execução do serviço, quando no exercício de sua função, será garantido livre acesso às instalações da PERMISSIONÁRIA, bem como aos documentos que sejam necessários para o cumprimento de sua função.

CLÁUSULA SEXTA – DAS TARIFAS

6.1. O preço da tarifa fica fixado em **R$ 5,87 (cinco reais e oitenta e sete centavos)** para as linhas urbanas e **R$ 7,81 (sete reais e oitenta e um centavos)** para as linhas rurais, conforme proposta vencedora que integra este Instrumento, ***independente de transcrição***.

6.2. Fica assegurado o reajuste anual da tarifa, mediante Decreto do Poder Executivo, ***quando se verificar aumento na respectiva despesa orçada***, levando-se em conta:

I – Os custos de operação e manutenção dos serviços;

II – Depreciação dos veículos;

III – O custo de vida.

6.3. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a adotar a mesma Planilha de Custos disponibilizada anexa ao Edital deste Processo Licitatório quando do pedido de reajuste da tarifa ou recomposição de preços.

6.4. Pela Prestação do Serviço permitido, a PERMISSIONÁRIA tem o direito de cobrar do usuário, no ato do serviço prestado, a obrigação de pagar-lhe a tarifa de acordo com o valor estabelecido neste Instrumento ou em Decreto que possa tê-lo alterado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

7.1. São obrigações da Permissionária, além das já previstas no Edital deste Processo Licitatório e seus Anexos e nas demais normativas que se aplicarem ou que possam vir a vigorar na vigência da Permissão:

7.1.1. Cumprir, integralmente:

a) as obrigações decorrentes da Lei Municipal N.º 3.537/2001, da Lei Orgânica do Município de Santa Rita do Sapucaí, Lei Federal N.º 8.987/**95**, de regulamentos e demais normas referentes a Permissão de transporte coletivo de passageiros;

b) todo o descrito no presente Termo de Referência, bem como, todas as cláusulas contidas no Contrato;

c) todos os itinerários, horários, frequências de viagens, número de veículos para operação do serviço, número de viagens, respectiva extensão (ida e volta), linhas descritas de forma detalhada, tudo conforme descrito no Projeto Básico; bem como, as tarifas fixadas pela Prefeitura Municipal;

d) com a continuidade do serviço;

7.1.2. Entregar, anualmente, além do Seguro Obrigatório de responsabilidade civil pela Legislação Federal, na Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana, comprovante de instituição de seguro a favor de terceiros, por danos pessoais, por pessoa atingida, transportada ou não, além daquele por danos materiais;

7.1.3. Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à Permissão;

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1001

7.1.4. Garantir, sem nenhum agendamento, nenhum custo e nenhum impedimento, o acesso dos Servidores Municipais que estiverem em funções de fiscalização, a todos os veículos, a todas as dependências da Empresa, a todos os documentos de controle operacional e contábil, bem como outros que se fizerem necessários, para que exerçam livremente a fiscalização garantida ao Poder Permitente;

7.1.5. Atender a ofícios, intimações e solicitações tanto de Órgãos da Prefeitura Municipal, quanto dos demais Órgãos de quaisquer dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na forma e nos prazos assinalados;

7.1.6. Prestar o serviço permitido de forma adequada à plena satisfação dos usuários, conforme disposições estabelecidas em Lei, nos Regulamentos, Editais, Contratos e determinações deste Termo de Referência;

7.1.7. Prestar todas as informações que forem solicitadas pelo Poder Permitente;

7.1.8. Operar somente com pessoal devidamente capacitado e habilitado, mediante contratações regidas pelo direito privado e legislação trabalhista, assumindo todas as obrigações delas decorrentes, obrigando-se a saldá-los na época própria, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Município de Santa Rita do Sapucaí / MG;

7.1.9. Assumir todos os encargos referentes a demanda trabalhista, fiscal, comercial, civil, previdenciária ou penal, relacionadas à execução do Objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

7.1.10. Utilizar somente veículos que preencham os requisitos de operação, conforme previsto no presente Termo de Referência, bem como, legislação em vigor;

7.1.11. Promover a atualização e o desenvolvimento tecnológico das instalações, equipamentos e sistemas, com vistas a assegurar a melhoria da qualidade do serviço e a preservação do Meio Ambiente, nos termos da legislação pertinente;

7.1.12. Garantir a segurança e a integridade física dos usuários e trabalhadores, instituindo mecanismos de vigilância, logística, tecnologia e cobertura de acidentes pessoais adequados aos custos tarifários;

7.1.13. Submeter-se à fiscalização do Poder Permitente, facilitando-lhe a ação e cumprindo as suas determinações;

7.1.14. Zelar pela preservação, higiene e manutenção dos veículos e equipamentos urbanos sob sua responsabilidade;

7.1.15. Apresentar, sempre que solicitado, os seus veículos para eventuais inspeções, de acordo com a discricionariedade do Poder Permitente, sanando as irregularidades que possam comprometer o conforto e a segurança do transporte de passageiros, em até 72 (setenta e duas) horas, ficando sujeita ao afastamento de tráfego dos veículos inspecionados os quais deverão ser substituídos por outros dentro do prazo determinado pelo Poder Permitente, com as mesmas características, de forma que o atendimento dos serviços de nenhum modo possa ser prejudicado;

7.1.16. Manter os veículos limpos e dedetizados;

7.1.17. Tomar imediata providência no caso de interrupção de viagem e/ou serviço para não prejudicar o usuário, através do uso do veículo reserva;

7.1.18. Disponibilizar veículo reserva para garantir a execução do serviço na sua integralidade, pois, se trata de serviço essencial que não pode ser interrompido sob pena de prejuízo a coletividade;

7.1.19. Reabastecer e fazer manutenção dos veículos em local apropriado, sem passageiros a bordo;

7.1.20. Observar e cumprir todas as normas referentes à legislação ambiental, bem como, de acessibilidade no que tange ao fiel e integral cumprimento da prestação do serviço de Permissão de transporte de passageiros no âmbito Municipal;

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1022

7.1.21. Não operar com veículos que estejam comprometidos mecanicamente, possuam pneus com desgaste excessivo, estejam derramando combustível ou óleos lubrificantes na via pública;

7.1.22. Afixar cartazes de utilidade pública na frota de veículos, bem como, disponibilizar nos veículos os adesivos, legendas, placas ou dispositivos informativos, internos e/ou externos, determinados pelo Poder Permitente, em adequado estado de conservação e funcionamento;

7.1.23. Arcar integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente ao Poder Permitente, aos usuários ou a terceiros na execução do objeto do Contrato, sem que a fiscalização exercida pelo Poder Permitente exclua ou atenue essa responsabilidade;

7.1.24. Obter as licenças e autorizações necessárias para desenvolvimento de suas atividades;

7.1.25. Transportar os titulares de vales – transportes vendidos antecipadamente;

7.1.26. Cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Permissão, em conformidade com as disposições legais e regulamentares e determinações do Poder Permitente, bem como, ao disposto no presente Termo de Referência;

7.1.27. Manter no Município de Santa Rita do Sapucaí, durante a vigência da Permissão, instalações destinadas à administração específica do Objeto da presente Licitação, com escrituração de natureza contábil, fiscal, trabalhista, previdenciária e o que mais for pertinente, a ser executada mediante instruções do Poder Permitente, no que couber;

7.1.28. Manter atualizados os documentos de regularidade relativos à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal e renová-los sempre que expirar a validade dos mesmos encaminhando – os, semestralmente, mediante protocolo, a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana;

7.1.29. Dispor de frota, garagens, equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais que atenda a todos os requisitos legais, bem como, permita a integral execução do serviço;

7.1.30. Caso ocorra situação de emergência ocasionadas por força maior ou caso fortuito, elaborar cronogramas de atendimento, mantendo disponíveis, para tanto, recursos humanos e materiais, de forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;

7.1.31. Proceder à imediata comunicação por escrito ao Poder Permitente, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana, para que esta possa dar deferimento ou não ao cronograma de atendimento da situação emergencial, estabelecendo prazo inicial e final de sua implementação pela Permissionária;

7.1.32. Informar ao usuário, bem como, ao público em geral, através dos meios de comunicação local, a implementação de cronogramas especiais de circulação quando do deferimento pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana da ocorrência de situações emergenciais;

7.1.33. Cobrar as tarifas, conforme fixadas pelo Poder Permitente;

7.1.34. Adquirir e operar veículos que preencham as especificações técnicas de circulação e conforto, previstas na legislação Federal e Municipal, bem como, no presente Termo de Referência;

7.1.35. Manter veículos em condições de segurança e trafegabilidade;

7.1.36. Reparar os danos materiais que causarem à via pública ou aos próprios munícipes nela existentes;

7.1.37. Receber, apurar e promover a solução das reclamações dos usuários;

7.1.38. Prestar os serviços com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e aperfeiçoamento do sistema e serviços sempre com o objetivo de melhorar e adequar o lote de veículos e serviços, nos termos da

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1003

legislação vigente e das normas regulatórias do Órgão responsável pelo transporte urbano do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG;

7.1.39. Destinar assentos preferenciais a serem ocupados por gestantes, idosos, deficientes físicos, portadores de necessidades especiais, lactantes e pessoas acompanhadas por criança de colo, mediante a afixação de sinal indicativo;

7.1.39.1. Os assentos a que se refere Item anterior poderão ser utilizados por qualquer pessoa, desde que não haja pessoas nas condições acima citadas utilizando o transporte;

7.1.40. Fazer a manutenção, a remoção, a guarda e a conservação, com uso da melhor técnica, dos veículos que integram a frota utilizada na operação dos serviços e dos demais equipamentos a eles acessórios;

7.1.41. Cumprir as Leis e os Atos Normativos vigentes ou que entrarem em vigor durante o prazo de Permissão que disciplinarem a operação do serviço de transporte coletivo urbano, bem como todas as disposições contratuais e as ordens formais emanadas pelo Poder Permitente;

7.1.42. Encaminhar mensalmente a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana, relatório das informações contendo os seguintes dados:

a) Número de viagens realizadas e de passageiros transportados, por hora, dia e mês, em cada linha integrante do sistema de ônibus;

b) Os demonstrativos atinentes à quantidade de passageiros transportados deverá discriminar o total das gratuidades e descontos permitidos por lei municipal;

c) O número de passageiros pagantes usuários e não usuários do vale-transporte;

7.1.42.1. O relatório mensal descrito no Item acima deve ser publicado na Imprensa Oficial do Município, bem como em sua página eletrônica;

7.1.43. Encaminhar, mensalmente à Secretaria Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana a planilha de custos e respectivos comprovantes, dos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus, para efeito de definição dos valores tarifários e respectivo reajuste.

7.1.43.1. A planilha de custos preenchida e encaminhada pela Permissionária para o Poder Permitente deve estar disponível, mensalmente, na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG;

7.1.44. A Permissionária se obriga a manter, durante todo o prazo de vigência da Permissão, veículos em número necessário e suficiente para atender a prestação do serviço em sua totalidade, uma vez que, se trata de serviço essencial que não pode ser interrompido, responsabilizando-se pelas adaptações necessárias a composição da frota conforme legislações em vigor.

7.1.45. A Permissionária deverá manter no Município de Santa Rita do Sapucaí durante a vigência da Permissão instalações destinadas a administração e execução específica do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE

8.1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

8.2. Intervir na prestação do serviço, retomá-lo e extinguir a Permissão, nos casos e nas condições previstas no presente Termo de Referência, bem como, na legislação vigente;

8.3. Organizar, programar, controlar e fiscalizar o serviço prestado pela Permissionária;

8.4. Estabelecer a metodologia para determinar o preço máximo da tarifa para fins de Licitação;

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1004

8.5. Autorizar reajustes e proceder à revisão das tarifas consoante Legislação Municipal vigente, Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis;

8.6. Aprovar a publicidade em ônibus, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, tudo em observância a Legislação Municipal vigente;

8.7. Definir a vida útil e padronizar as características dos veículos da frota da Permissionária.

8.8. Modificar, unilateralmente, as disposições regulamentares do serviço para melhor adequação ao Interesse Público, respeitado o equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Permissão.

8.9. Publicar os relatórios mensais e planilhas de custos na página eletrônica da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

9.1. Receber o serviço adequado, nos termos do Art. 6º da Lei Federal N.º 8.987/95, em contrapartida ao pagamento da tarifa.

9.2. Levar ao conhecimento do Poder Permitente e da Permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento referentes ao serviço prestado.

9.3. Receber do poder Permitente e da Permissionária informações para defesa de interesses individuais ou coletivos.

9.4. Comunicar às Autoridades Competentes os atos ilícitos praticados pela Permissionária na prestação do serviço.

9.5. Contribuir para permanência das boas condições dos bens públicos, através dos quais lhes são prestados os serviços.

9.6. Ser conduzido com pontualidade, segurança e urbanidade.

9.7. Ter o preço das tarifas compatíveis com a qualidade de serviço.

9.8. Ser transportado em ônibus em boas condições de manutenção e limpeza.

9.9. Utilizar o transporte coletivo dentro dos horários fixados pelo Poder Permitente.

9.10. Ter os direitos estabelecidos em legislações específicas respeitados pelo Poder Permitente, pela Permissionária e demais usuários.

9.11. Ser tratado com urbanidade e respeito pela Permissionária, através de seus prepostos e funcionários, bem como pelos funcionários do Poder Permitente.

9.12. Para garantir o conforto e a segurança do sistema, as linhas do transporte coletivo serão dimensionadas, admitindo-se passageiros em pé, até o limite de 5 (cinco) por metro quadrado.

9.13. Portar-se de modo adequado, respeitando os demais usuários, fiscais e operadores, mantendo a ordem e bons costumes nos veículos.

9.14. Pagar a tarifa devida corretamente.

9.15. Identificar-se quando usuários isentos ou com desconto, conforme legislação vigente.

9.16. Não comercializar, panfletar ou pedir esmolas no interior dos veículos.

9.17. Não utilizar os serviços de modo que venha comprometer a higiene e a segurança dos veículos, não podendo levar consigo durante a utilização, animais, materiais explosivos, químicos ou inflamáveis.

9.18. Não transportar produtos que comprometam a segurança e conforto dos demais usuários.

9.18.7. Poderão portar volumes que não impliquem em incômodos para outros passageiros, independentemente do pagamento de qualquer quantia além do preço da respectiva passagem.

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1005

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1.Das Sanções Administrativas:

10.1.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Termo Contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida pelo Edital, ensejar o retardamento da execução de seu Objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais.

10.1.2. A infringência das Cláusulas Contratuais, bem como deste Edital e seus Anexos, com fundamento na Lei Municipal N.º 3.537/2001, sujeitará o infrator à penalidade de multa, bem como, às sanções descritas na Lei Federal N.º 8.666/93, Artigos 86 a 88, sem prejuízo de outras regularmente estabelecidas.

10.1.3. O pagamento de multa não exime o infrator do cumprimento das exigências legais ou regulamentares que a tiverem determinado.

10.1.4. A multa será calculada de acordo com o Anexo II da Lei Municipal N.º 3.537/2001.

10.1.5. A autuação repetida por mesmo infrator e com base no descumprimento da mesma obrigação caracteriza a reincidência da infração.

10.1.5.1. A cada reincidência ocorrida no prazo de 90 (noventa) dias, aplicar-se-á multa equivalente ao dobro da anteriormente aplicada.

10.1.6. Das infrações lavrar-se-ão os competentes autos de infração, sendo as penalidades aplicadas pela Administração Municipal.

10.1.6.1. Das autuações caberão recursos, quanto a multas, apreensões e suspensões ao Secretário Municipal de Segurança Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mobilidade Urbana.

10.1.6.1.1. O prazo para apresentação por escrito dos recursos é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação do infrator.

10.1.6.1.2. Indeferido o pedido pelo Chefe do Órgão competente da Prefeitura Municipal, novo recurso poderá ser interposto ao Prefeito Municipal, dentro de 05 (cinco) dias após o indeferimento.

10.1.7. As multas deverão ser pagas dentro de 10 (dez) dias, a contar da notificação de multa ou da publicação do indeferimento do recurso.

10.1.7.1. Findo o prazo acima será determinada a remessa para cobrança executiva.

10.1.8. As multas pecuniárias serão aplicadas em correspondência com os grupos apropriados conforme estabelecem os Anexos I e II da Lei Municipal N.º 3.537/2001.

10.1.9. As multas são autônomas, e a aplicação de uma multa não exclui a outra.

10.2. Da Intervenção:

10.2.1. O Poder Permitente poderá intervir na Permissão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

10.2.2. A intervenção somente poderá ser executada através de Decreto com exposição de motivos e objetivos, designação de Interventor, prazo da Intervenção e limites da medida.

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1006

10.2.3. Declarada e decretada a Intervenção, o Poder Permitente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar Processo Administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

10.2.3.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à Permissionária.

10.2.3.2. O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a Intervenção.

10.2.4. Cessada a Intervenção, se não for extinta a Permissão, a administração do serviço será devolvida à Permissionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

10.3. Dos Motivos de Extinção da Permissão:

10.3.1. Extingue-se a Permissão por:

I – Término da vigência;

II – Encampação ou Resgate;

III – Revogação;

IV – Anulação;

V – Extinção, Dissolução ou Falência da Permissionária.

10.3.2. Extinta a Permissão retornam a Prefeitura Municipal os direitos e privilégios transferidos à Permissionária, com a reversão de todos os bens vinculados à prestação de serviço, salvo os bens de propriedade da Permissionária;

10.3.3. A reversão ao término do prazo aventado será feita sem indenização às partes.

10.3.4. Extinta a Permissão haverá a imediata assunção do serviço pelo poder público competente, procedendo-se oportunamente aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

10.3.4.1. A assunção do serviço autoriza em caráter excepcional a ocupação e utilização das instalações, equipamentos, material e pessoal da, até então, Permissionária, que forem considerados essenciais à continuidade do serviço.

10.3.5. Considera-se Encampação ou Resgate a retomada do serviço da Prefeitura Municipal, durante o prazo da Permissão, por motivo de Interesse Público ou Conveniência Administrativa, mediante pagamento da indenização adequada, de modo a ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do Termo de Permissão.

10.3.6. A inexecução total ou parcial do serviço acarretará a aplicação de sanções ou a Revogação unilateral da Permissão, a critério do Poder Permitente, respeitadas as normas celebradas entre as partes.

10.3.7. A Revogação unilateral da Permissão poderá ser declarada pela Administração Pública quando:

10.3.7.1. O serviço estiver sendo prestado em desacordo com as Cláusulas Contratuais, bem como, em desacordo com este Edital e seus Anexos;

10.3.7.2. A Permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

10.3.7.3. A Permissionária descumprir dispositivos legais ou regulamentares concernentes à Permissão;

10.3.7.4. A Permissionária, sem justa causa, paralisar o serviço sem autorização da Prefeitura Municipal por mais de 48 (quarenta e oito) horas ou concorrer para tanto, ou prestá-la de forma deficiente ou inadequada;

PREF. MUN. DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ FLS. 1007

10.3.7.5. A Permissionária transferir seu controle acionário sem anuência da Prefeitura Municipal;

10.3.7.6. A Permissionária desviar os veículos de sua frota para transportes alheios às atividades compreendidas nas Cláusulas Contratuais, bem como, no Edital e seus Anexos;

10.3.7.7. For decretada a falência da Permissionária ou a dissolução da firma.

10.3.8. O Contrato de Permissão também poderá ser suspenso por iniciativa da Permissionária, no caso de descumprimento de normas legais, por parte da Prefeitura Municipal, mediante ação especialmente intentada para este fim após decisão do Poder Judiciário.

10.3.9. A Revogação será precedida de justificativa que indique a conveniência do ato, devendo o Instrumento conter regras detalhadas sobre composição patrimonial decorrente da antecipação do término da Permissão, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí / MG, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato de Permissão ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

Santa Rita do Sapucaí / MG, 01/09/2023.

PERMISSIONÁRIA:

Elisângela Batista

VS VIAÇÃO SARTASA LTDA

PERMITENTE:

DANIEL PAULINO DE SOUZA
Secretário Municipal de Seg. Pública, Transporte, Trânsito, Rodoviário e Mob. Urbana

TESTEMUNHAS:

Lcccosta

LAÍS CRISTINA CÁSSIA COSTA
097.145.426-42

MATHEUS SILVA PIVOTO
136.840.736-60